

SAÚDE DA MULHER NO JORNALISMO IMPRESSO DE PAÍSES LUSÓFONOS

COVERAGE OF WOMEN'S HEALTH IN PRINTED NEWSPAPERS FROM PORTUGUESE-SPEAKING COUNTRIES

Edison Capp^{1,2,3}, Antônio Hohlfeldt^{3,4}

RESUMO

A cobertura de tópicos de saúde tem capacidade para afetar as agendas públicas e estimular ações políticas. O Jornalismo assume importante função em influenciar a definição das prioridades de saúde, bem como em disseminar as novas descobertas científicas para o público. Em relação à saúde da mulher, há poucos estudos nacionais sobre o tema, a partir dos meios de comunicação. Este trabalho tem como objetivo verificar como são tratados assuntos como abortamento, contracepção, doenças sexualmente transmissíveis, menopausa e ciclo menstrual, em relação à saúde da mulher, em jornais impressos brasileiros, angolanos e portugueses. Foi realizado um estudo transversal. Durante os meses de janeiro e fevereiro de 2013, foram levantadas todas as edições do Jornal de Angola (Angola), da Folha de São Paulo (Brasil) e do Diário de Notícias (Portugal). Notícias foram buscadas sobre quatro temas específicos em torno da saúde da mulher: abortamento, contracepção, ciclo menstrual/menopausa e doenças sexualmente transmissíveis. Nos meses estudados, estes tópicos foram apresentados diversamente nos três jornais. As diferenças foram devidas aos distintos fatos que geraram notícias para cada jornal. Foi, todavia, comum a todos, a publicação pontual dos temas, a pouca profundidade na abordagem e a perda da oportunidade de difusão de informações.

Palavras-chave: Saúde da mulher; abortamento; contracepção; ciclo menstrual/menopausa e doenças sexualmente transmissíveis

ABSTRACT

Media coverage of health topics has the power to influence public agendas and stimulate political action. Journalism plays an important role in the prioritization of health issues and in the dissemination of scientific findings to the public. There are few Brazilian studies on media approaches to women's health. This study aims to evaluate how Brazilian, Angolan, and Portuguese newspapers address the matters of abortion, contraception, sexually transmitted diseases, menopause, and menstrual cycle. In January and February 2013, we conducted a cross-sectional study of all issues of Jornal de Angola (Angola), Folha de São Paulo (Brazil) and Diário de Notícias (Portugal). We gathered news on four specific topics of women's health (abortion, contraception, menstrual cycle/menopause and sexually transmitted diseases). During the time of our study, these topics were described differently in the three newspapers, as a result of the different facts that led to the publishing of news in each case. As for the common features between the newspapers, all of them covered health topics in a timely manner, had a shallow approach to these subjects, and often missed the opportunity to disseminate information.

Keywords: Women's health; abortion; contraception; menstrual cycle/menopause and sexually transmitted diseases

Revista HCPA. 2013;33(3/4):217-225

1 Departamento de Ginecologia e Obstetrícia, Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Porto Alegre, RS, Brasil.

2 Serviço de Ginecologia e Obstetrícia, Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
Porto Alegre, RS, Brasil.

3 Curso de Jornalismo, FAMECOS, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).
Porto Alegre, RS, Brasil.

4 Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUCRS.
Porto Alegre, RS, Brasil.

Contato:

Edison Capp
edcapp@ufrgs.br
Porto Alegre, RS, Brasil.

Entre os desafios mais importantes do século XXI, está a relação entre cultura, comunicação, sociedade e informação (1). Neste sentido, os meios de comunicação de massa têm papel de destaque para a informação do público sobre ciência e tecnologia. Medicina e saúde são temas que se destacam na maioria destas colunas (2). Apesar disto, pelo menos 36% da população considera que o mundo da ciência não é compreendido pelas pessoas comuns (3).

A atividade de saúde pública e medicina produz notícias, caracterizando-se por ser um tema de destaque na mídia (4). Contudo, na produção das notícias sobre saúde, ressalta o sensacionalismo, os conflitos de interesse, a falta de continuidade e a ausência de cobertura de certas áreas. As escolhas dos jornalistas sobre quais os temas de saúde que serão pautados são motivadas por determinantes culturais (empiricamente identificadas), normas profissionais, processos editoriais, noção genérica de interesse público e percepção de audiência (5).

Jornalistas se envolvem constantemente em conflitos sobre imparcialidade, diversidade e controle institucional, ao mesmo tempo em que buscam oportunidades para incluir vozes marginalizadas (5). Há necessidade de se equilibrar o foco da produção midiática sobre saúde. Para isso, é preciso reconhecer que os enfoques de diferentes grupos lobistas, respondendo a interesses de grupos dominantes, não são representantes das reais necessidades da população. Além disso, a difusão de informações ocorre hoje em uma condição de produção industrial, sendo questionável, para alguns, que os leitores tenham, de fato, acesso completo às informações (6).

A representação social da saúde-doença pode ser vista como “ação patogênica de elementos de ruptura da relação do indivíduo com a natureza e com o seu grupo social” (7), (p. 366). O conceito de saúde não se reduz, portanto, a considerações formais acadêmicas e contempla, assim, noções profundamente enraizadas nas vivências e nos valores da sociedade (6).

A cobertura de tópicos de saúde tem capacidade para afetar as agendas públicas e estimular ações políticas. O Jornalismo assume importante função em influenciar a definição das prioridades de saúde, bem como em disseminar as novas descobertas científicas para o público. Estudos sobre a agenda-setting demonstraram que a lista de itens que o público considera importante é fortemente marcada pela exposição

que determinado conteúdo recebe na mídia. Assim, a mídia ganha destaque no controle social, interferindo na agenda dos cidadãos, na dos líderes comunitários e na dos políticos (8).

Em relação à saúde da mulher, há poucos estudos nacionais sobre o tema, a partir dos meios de comunicação (4,9-11). Em outros países (Estados Unidos, Espanha), as revistas femininas enfocam o tópico saúde em dieta, exercícios, nutrição, sexualidade, beleza e estética, em detrimento de outros temas relevantes (4,10,12). Essas abordagens nem sempre correspondem aos temas das principais revistas médicas, nem com a epidemiologia ou as reais necessidades femininas (10).

A abordagem de temas específicos sobre a saúde da mulher mostra também disparidades entre o que é publicado e a realidade. Em relação ao abortamento, por exemplo, o foco aspecto médico em saúde da mulher é deixado de lado pelos meios de comunicação, que destacam a legalidade do tema (13). Outros assuntos, como menstruação e menopausa, parecem ter maior cobertura, porém, a mídia tende a retratar o ciclo menstrual mais como uma doença a ser tratada com medicamentos, do que como um evento natural (14,15). Não sendo, na realidade, doença, a mídia se encarrega de colaborar para a medicalização destes estados normais do ciclo vital da mulher. Outros tópicos evidenciam mensagens conflitantes na mídia: o hábito de fumar, procedimentos de reprodução assistida, a AIDS em mulheres, doenças sexualmente transmitidas, contracepção, etc.

Apesar de as mulheres viverem mais que os homens, no Brasil (16), elas têm mais doenças e utilizam a maioria dos serviços médicos com maior assiduidade (17). Isto é, ficam com maior frequência doentes, mas morrem menos que os homens. As mulheres compõem, hoje, 50,88% da população brasileira e demandam muitos conhecimentos sobre sua saúde, devido a seus novos comportamentos sexuais e estilo de vida (18).

Apesar desse quadro, os meios de comunicação nacionais não divulgam informações indispensáveis sobre a saúde da mulher. Existem lacunas em temas específicos, enquanto textos sobre beleza, consumo e pautas pouco profundas recebem considerável espaço.

A mídia nem sempre exerce seu papel de promoção da saúde. Dessa forma, é preciso avaliar os textos produzidos pois, com uma eficiente divulgação sobre saúde, é possível

melhorar a qualidade de vida das mulheres e evitar que muitas persistam vivendo com sua saúde debilitada. Também é possível diminuir os gastos do governo com ações curativas e destacar, para os governantes e a comunidade científica, quais os temas que merecem espaço na agenda pública.

Apesar do mesmo idioma, os países podem estar separados não só pelas distâncias, mas também por sua cultura ou pela mídia. Assim, é possível que os mesmos tópicos sejam tratados de modos diferentes no Brasil, Portugal ou Angola, por exemplo.

Este trabalho teve como objetivo verificar como são tratados assuntos como abortamento, contracepção, doenças sexualmente transmissíveis, menopausa e ciclo menstrual, em relação à saúde da mulher, em jornais impressos brasileiros, angolanos e portugueses.

MÉTODO

Foi realizado um estudo transversal. A amostra se constituiu de notícias sobre a saúde da mulher presentes em três dos maiores jornais de Angola, Brasil e Portugal, no período de 1º de janeiro a 28 de fevereiro de 2013. A coleta de dados foi concretizada no site PressDisplay (<http://www.pressdisplay.com>), o qual, graças à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, disponibiliza o texto integral de jornais impressos.

Durante os meses de janeiro e fevereiro de 2013, foram levantadas todas as edições do Jornal de Angola (Angola), da Folha de São Paulo (Brasil) e do Diário de Notícias (Portugal). Notícias foram buscadas sobre quatro temas específicos em torno da saúde da mulher: abortamento, contracepção, ciclo menstrual/menopausa e doenças sexualmente transmissíveis. Os resultados são apresentados como valores absolutos e frequências relativas.

RESULTADOS

Foram analisadas, no total, 171 edições. O Jornal de Angola foi o que apresentou o maior número de edições com notícias sobre saúde da mulher (tabela 1). O Jornal de Angola foi também o que publicou com maior frequência (35/55 edições), informações sobre qualquer tópico sobre a saúde da mulher e o que teve maior número de edições (20/55 edições) com notícias sobre os temas abortamento, contracepção, ciclo menstrual/menopausa e doenças sexualmente transmissíveis.

Tabela 1: Número total de edições com notícias sobre saúde da mulher em janeiro e fevereiro de 2013.

	Jornal de Angola n (%)	Folha de São Paulo n (%)	Diário de Notícias n (%)
Número total de edições	55 (100)	57 (100)	59 (100)
Número de edições com qualquer notícia sobre saúde da mulher	28 (50,9)	26 (45,6)	27 (45,7)
Número de edições com notícias sobre abortamento, contracepção, ciclo menstrual/menopausa, doenças sexualmente transmissíveis	13 (23,6)	9 (15,8)	11 (18,6)

Considerando os meses separadamente, Folha de São Paulo e Diário de Notícias publicaram um número menor de notícias sobre abortamento,

contracepção, ciclo menstrual/menopausa e doenças sexualmente transmissíveis no mês de fevereiro do que no mês de janeiro (tabela 2).

Tabela 2: Número de edições com notícias sobre saúde da mulher, em janeiro e fevereiro de 2013.

	Jornal de Angola	Folha de São Paulo	Diário de Notícias
	n (%)	n (%)	n (%)
Janeiro			
Número de edições	28 (100)	31 (100)	31 (100)
Número de edições com qualquer notícia sobre saúde da mulher	11 (39,3)	18 (58,1)	23 (74,2)
Número de edições com notícias sobre abortamento, contracepção, ciclo menstrual/menopausa, doenças sexualmente transmissíveis	5 (17,9)	7 (22,6)	11 (35,5)
Fevereiro			
Número de edições	27 (100)	26 (100)	28 (100)
Número de edições com qualquer notícia sobre saúde da mulher	17 (62,3)	8 (30,8)	4 (14,3)
Número de edições com notícias sobre abortamento, contracepção, ciclo menstrual/menopausa, doenças sexualmente transmissíveis	8 (29,6)	2 (7,7)	0 (0)

No Jornal de Angola, houve pouca diferença quanto ao número de notícias sobre saúde da mulher entre os meses de janeiro (figura 1A) e fevereiro (figura 1B) de 2013. Os gráficos em pizza apresentam a porcentagem de edições com

qualquer notícia sobre saúde da mulher, enquanto os gráficos em barras mostram o número de notícias sobre *abortamento, contracepção, ciclo menstrual/menopausa e doenças sexualmente transmissíveis*.

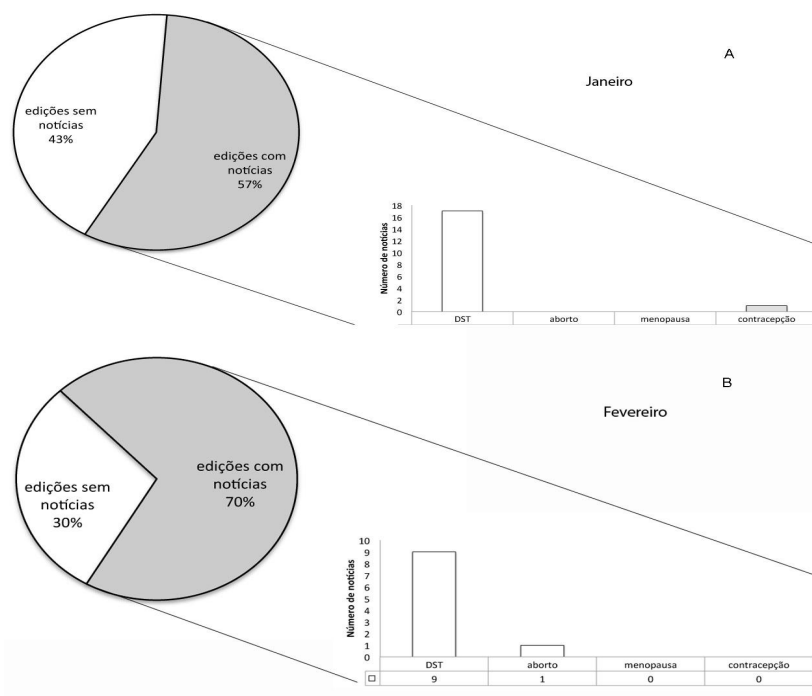


Figura 1: Notícias sobre saúde da mulher, no Jornal de Angola, em janeiro (A) e fevereiro (B) 2013.

No Brasil, a Folha de São Paulo teve 57 edições em janeiro e fevereiro de 2013. Destas, 26/57 das edições tinha alguma notícia sobre saúde da mulher. Apenas 9/57 das edições tinha notícia

sobre *abortamento, contracepção, ciclo menstrual/menopausa e doenças sexualmente transmissíveis* (figura 2A e 2B).

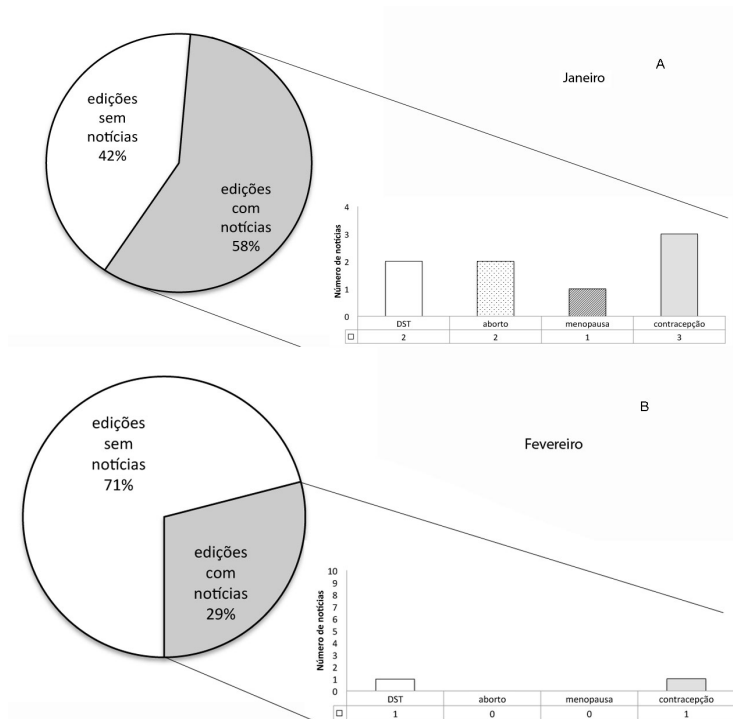


Figura 2: Notícias sobre saúde da mulher, na Folha de São Paulo, em janeiro (A) e fevereiro (B) 2013.

Em Portugal, no Diário de Notícias, um dos principais jornais do país, as notícias, em janeiro, foram polarizadas por dois fatos: a filha de 15 anos da cantora portuguesa Adelaide Ferreira teve um abortamento provocado no Brasil; nove das dez notícias sobre abortamento trataram deste caso e das complicações legais da mãe e da filha no Brasil; os aspectos psicológicos e sociais de uma gestação indesejada foram ignorados; e o Tribunal de Sintra retirou filhos de mãe que se recusou a fazer esterilização compulsória; as notícias foram exclusivamente sobre a disputa judicial; não se considerou aspectos médicos e consequências

sociais da criação de dez filhos sem condições econômicas (figura 3A).

Em fevereiro de 2013, o Diário de Notícias publicou apenas uma propaganda sobre produto redutor de gordura para ser utilizado após a menopausa e nenhuma notícia sobre os temas deste estudo (figura 3B). Nenhum aspecto médico da saúde da mulher, seu ciclo menstrual ou menopausa foi abordado. Outras notícias versavam sobre gestação na adolescência, mães com mais de um filho, doação de óvulos e violência contra a mulher.

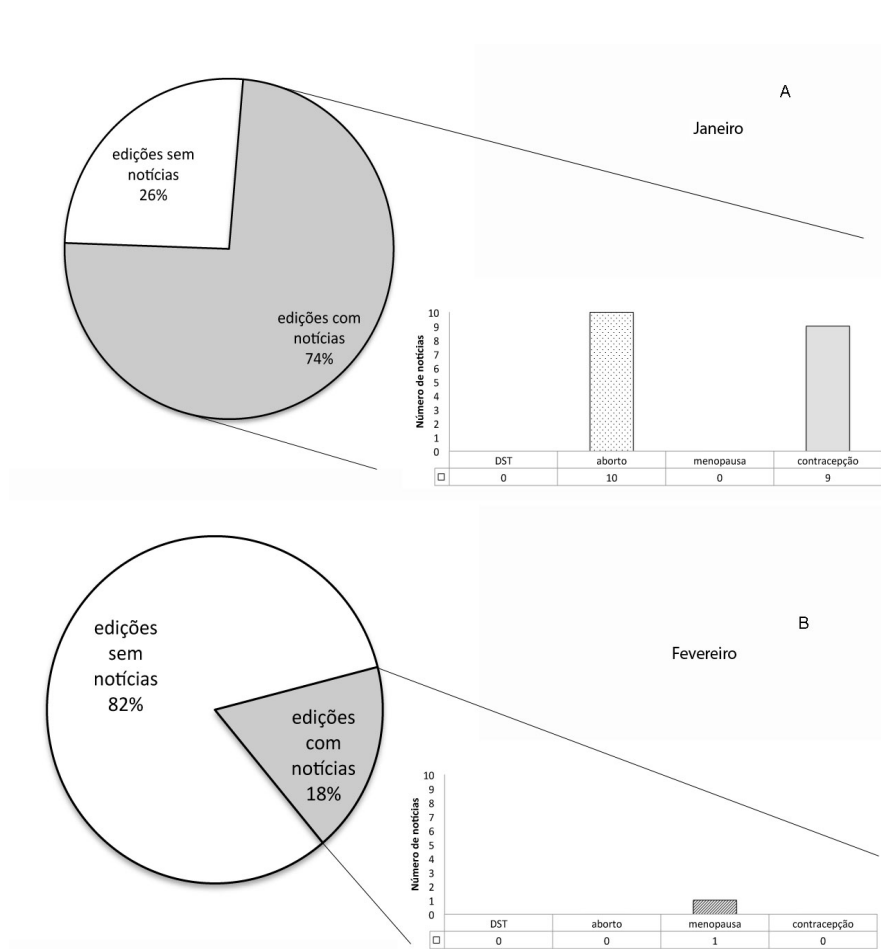


Figura 3: Notícias sobre saúde da mulher, no Diário de Notícias, em janeiro (A) e fevereiro (B) 2013.

DISCUSSÃO

No período analisado, o abortamento teve um total de 13 notícias, nos três jornais estudados. O Jornal de Angola, nas 55 edições avaliadas, tratou deste assunto apenas uma vez. A notícia tratava de casos de abortamento espontâneo, causados por listeriose, que poderiam ser prevenidos. Em nenhuma de suas edições, de janeiro e fevereiro de 2013, foi notificado o tema abortamento provocado (inseguro). Isso é surpreendente ao se considerar que, na África subsaariana, abortamentos ilegais resultam na morte de milhares de mulheres (19). A Folha de São Paulo abordou o tema abortamento em duas notícias de suas 57 edições, no período estudado. Uma foi sobre o abortamento de fetos femininos na Índia, como forma de discriminação das mulheres e misoginia. A outra notícia tratou principalmente dos aspectos legais do abortamento. Dentre todas as notícias, dos três jornais, esta foi a que mais amplamente tratou do assunto. Fez uma revisão dos últimos 40 anos

desde a liberação do abortamento, nos Estados Unidos, até as tentativas políticas atuais, para restringir o procedimento.

O Diário de Notícias foi o que mais frequentemente abordou o tema abortamento. Contudo, isto só ocorreu em função da filha de 15 anos de uma cantora portuguesa famosa (Adelaide Ferreira) ter sido detida no Brasil após provocar um abortamento com uso de medicações. As notícias são sensacionalistas e, percebe-se claramente, receberam destaque pelo fato de ser a filha de alguém famoso. Pouco é falado sobre os direitos das mulheres, sobre os aspectos psicológicos e sociais de uma gestação indesejada ou sobre as vantagens/desvantagens da legalização do abortamento.

O Diário de Notícias, em notícia de 21/01/2013 (p. 47), fez a resenha de um filme que competiu no Festival de Cinema de Sundance. O filme é sobre quatro médicos que ainda fazem abortamentos tardios (no terceiro trimestre de gestação) nos

Estados Unidos, mesmo após o assassinato de George Tiller, pioneiro do abortamento tardio, por um militante antiabortamento, em 2009. A notícia é curta e fala sobre os 40 anos de legalização do abortamento no país e da estigmatização dos médicos que fazem o procedimento.

Nos Estados Unidos, foi verificado que o posicionamento a favor ou contra o abortamento é, essencialmente, uma questão de classe social (20): quanto maior o nível econômico, maior o grau de instrução e menos religiosa a pessoa é, mais provavelmente ela apoia os direitos das mulheres ao abortamento. Em 1985, uma pesquisa realizada com jornalistas do Los Angeles Times demonstrou que 82% eram favoráveis ao direito ao abortamento (20).

Mulher alguma tem prazer em fazer um abortamento. Para a maioria das mulheres, esta é uma experiência perturbadora, a qual elas gostariam de evitar. Mulheres entrevistadas após a interrupção voluntária da gestação afirmaram que eram contrárias ao abortamento, até que tiveram que decidir entre um abortamento ou o nascimento de uma criança não desejada (21).

Um estudo transversal realizado com 1.493 juízes e 2.614 promotores no Brasil, entre 2005 e 2006 demonstrou que a maioria (78%) considerava que as circunstâncias em que o abortamento deveria ser considerado legal deveria ser ampliada ou que abortamento deveria ser legalizado (22).

É interessante observar que

Os saberes das senhoras sobre chás e mezinhas para evitar a gravidez ou o nascimento conviveram lado a lado com o saber médico das faculdades de Medicina no Brasil. O aumento dos partos realizados por médicos em hospitais, a partir dos anos 1920, e a revolução causada pelo surgimento dos contraceptivos orais, nos anos 1960, provocaram uma ruptura entre saberes e especializações, com a consequente separação entre os personagens autorizados e os desautorizados para os cuidados reprodutivos (Diniz, 2012, p.314).

O Jornal de Angola publicou apenas uma notícia, com a cartola “Saúde Pública”, sobre a necessidade das mulheres irem a consultas de planejamento familiar. O artigo fala da necessidade de espaçamento entre as gestações. Não é feito esclarecimento algum sobre os métodos disponíveis. Esta foi a única notícia sobre

contracepção deste jornal, entre janeiro e fevereiro de 2013. O Diário de Notícias, mais uma vez, utilizou-se de um caso para tratar de um mesmo assunto por várias edições. O caso de uma mulher de 34 anos, negra, muçulmana e mãe de sete filhos, que estava desempregada e se negava a fazer ligadura tubária, foi tema de seis edições, em janeiro de 2013. Nenhuma das reportagens informava sobre outras possibilidades de anticoncepção, para esta ou para outras mulheres. As notícias limitaram-se à discussão legal entre os técnicos da Segurança Social, da Comissão de Proteção de Jovens e Crianças de Sintra e das advogadas (voluntárias). As outras três notícias do Diário de Notícias foram sobre o uso do contraceptivo oral Diane 35 e o risco de acidente vascular cerebral. O enfoque foi no risco e na proibição, na França, do uso deste contraceptivo. Não foram citadas as outras opções contraceptivas. A Folha de São Paulo noticiou que a redução das taxas de gestação, em adolescentes, estaria relacionada com a distribuição gratuita de preservativos e contraceptivos orais. Outra notícia tratou da suspensão da decisão judicial de realização de laqueadura tubária em mulher de 27 anos deficiente intelectual, em Amparo, São Paulo. A paciente vinha usando um dispositivo intrauterino desde os 19 anos quando havia sido considerada em situação de vulnerabilidade e, atualmente, resistia em trocá-lo. A questão da contracepção está associada à questão do abortamento. Muitas mulheres ficam grávidas contra suas vontades por falta de informação adequada sobre como prevenir uma gestação. Segundo a Demographic and Health Surveys (DHS), uma alta parcela da mulheres, em todo o mundo, tem conhecimento de pelo menos um método contraceptivo efetivo, moderno, o que inclui os métodos hormonais, dispositivos intrauterinos (DIUs), métodos de barreira ou esterilização cirúrgica. A porcentagem de mulheres com conhecimento sobre contraceptivos é quase 100%, inclusive em países como Bangladesh, República Dominicana e Brasil (21), mas existem diferenças entre os países e dentro dos países entre diferentes regiões. A diferença pode ser maior dependendo da definição de conhecimento. Estudo no Rio de Janeiro mostrou que 23% das mulheres que utilizavam contraceptivos orais, usavam-no incorretamente. Também foi demonstrado que adolescentes e mulheres que tentaram abstinência periódica o fizeram sem conhecimento sobre o ciclo menstrual ou sobre o período fértil (21). De maneira geral, as notícias sobre contracepção nos três jornais foram superficiais, pouco informativas

e nada disseminadoras de conhecimentos que permitissem às mulheres decisões contraceptivas adequadas.

O ciclo menstrual e a menopausa foram os temas menos frequentemente abordados. A menopausa não apareceu como notícia. Foi citado apenas em uma propaganda de creme redutor de gorduras específico para mulheres na menopausa no Diário de Notícias. O ciclo menstrual foi citado, indiretamente, na Folha de São Paulo, em notícia sobre detentas que estariam utilizando miolo de pão como absorvente, durante a menstruação. Os dois artigos não apresentaram esclarecimentos sobre estes estados normais do ciclo vital da mulher. A abordagem do tema menopausa não parece fazer parte do agendamento da mídia impressa. Em 1998, Gannon e Stevens, examinando artigos sobre menopausa indexados no Reader's Guide, verificaram que a atenção dada, na mídia popular, ao tema menopausa era mínima ou insuficiente; havia variabilidade nos termos utilizados e quase sempre a menopausa era apresentada como uma experiência negativa ou doença que necessitava tratamento médico; havia contradições e inconsistências nos artigos em relação às descrições da menopausa e aos conselhos sobre intervenções; envelhecimento, estilo de vida, raça, exercício e dieta, com poucas exceções, eram ignorados ou trivializados (23). Em 2026, 22% da população canadense será de mulheres com mais de 50 anos. Preocupada com isto, a Society of Obstetricians and Gynaecologists of Canada decidiu reeditar o The journalist's menopause handbook, um guia para jornalistas, com os conceitos e as diretrizes desta sociedade sobre a menopausa. A publicação aborda estilos de vida e bem-estar, tratamento sintomático, saúde urogenital e sexual, câncer e osteoporose (24).

O tema doenças sexualmente transmissíveis foi o mais abordado no Jornal de Angola. Entre as doenças sexualmente transmissíveis, a única discutida foi a AIDS ou a contaminação pelo HIV. A Folha de São Paulo trouxe duas notícias sobre a vacinação contra o HPV e a prevenção do câncer de colo uterino, e uma notícia sobre a detecção de clamídia, em mulheres e homens. O Diário de Notícias não teve qualquer notícia sobre doenças sexualmente transmissíveis. Apesar da importância epidêmica do HIV, esta não é

a única doença sexualmente transmissível. Na África Subsaariana e no Brasil, os casos de sífilis materna e de sífilis congênita atingem números de epidemias (25,26). Em Portugal, a sífilis ainda é um problema de Saúde Pública (27). Outras doenças sexualmente transmissíveis foram ignoradas nos meses pesquisados.

CONCLUSÕES

Apesar do mundo interconectado de hoje, as dificuldades de comunicação persistem. Ao mesmo tempo, verifica-se que um mesmo jornalismo é feito quase em todos os lugares do globo. Os jornalistas, por intermédio da construção das notícias, deveriam contribuir para a construção da realidade. Contudo, eles parecem estar limitados por suas crenças, valores e convenções. Mesmo com os avanços e conquistas das mulheres, as redações de jornais seguem sendo um ambiente tradicionalmente masculino, com a participação de poucas ou nenhuma mulher em nível de decisão. A existência de uma diversidade de práticas, de problemas e de comportamentos parece passar despercebida e, assim, deixar de ser notícia. A mídia deveria ter uma função social pedagógica, para que se aprenda a ser indivíduo na sociedade. Este papel, que depende da atuação dos jornalistas, não está sendo realizado. Particularmente em relação à saúde da mulher, o panorama é desalentador. Pouco ou nenhum espaço é dado a tópicos importantes, como abortamento, contracepção, ciclo menstrual/menopausa, doenças sexualmente transmissíveis, nos dois lados do Atlântico. Nos meses estudados, abortamento, contracepção, doenças sexualmente transmissíveis, menopausa e ciclo menstrual, foram apresentados diversamente nos três jornais estudados. As diferenças foram devidas aos distintos fatos que geraram notícias para cada jornal. Foi, todavia, comum a todos, a publicação pontual dos temas, a pouca profundidade na abordagem e a perda da oportunidade de difusão de informações. Entretanto, foi observado que, nestes meses, nos jornais estudados, não houve tampouco notícias sobre a saúde do homem. Parece haver uma lacuna na divulgação de informações de saúde para a população. Este papel deveria estar entre as principais atividades dos jornalistas.

REFERÊNCIAS

1. Wolton D. Informar não é comunicar. Porto Alegre: Sulina; 2010.
2. Massarani L, Buys B. La ciencia en la prensa de América Latina: Un estudio en 9 países. X Reunión de la Red de Popularización de la Ciencia y la Tecnología en América Latina y el Caribe (RED POP - UNESCO) y IV Taller "Ciencia, Comunicación y Sociedad"; São José, Costa Rica 2007.
3. Vogt C, Evangelista RA, Knobel M. Percepção pública da ciência: Um esboço de análise e interpretação dos dados do questionário aplicado na cidade de Campinas, Brasil. *Journal of Science Communication*. 2003;2(3):1-18.
4. Oliveira MS. Saúde da mulher em revistas semanais brasileiras: conteúdo e qualidade científica. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2008.
5. Hodgetts D, Chamberlain K, Scammell M, Karapu R, Nikora LW. Constructing health news: Possibilities for a civic-oriented journalism. *Health*. 2007;12(1):43-66.
6. Cavagnoli A, Strim C, Wiehthölter D, Tentardini F, Knauth D. Corpo e saúde na Revista Cláudia. In: da Silva JO, Bordin R, editors. *Máquinas do sentido: Processos comunicacionais em saúde*. Porto Alegre: Dacasa; 2003. p. 95-106.
7. Minayo MCS. Saúde-doença: Uma concepção popular da etiologia. *Cadernos de Saúde Pública*. 1988;4(4):363-81.
8. Wallington SF, Blake KD, Taylor-Clark K, Viswanath K. Challenges in covering health disparities in local news media: An exploratory analysis assessing views of journalists. *Journal of Community Health*. 2010;35:487-94.
9. Amaral ICGA. Abordagem da menopausa em textos jornalísticos veiculados em revistas de atualidades. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2004.
10. Oliveira MS, Paiva LHC, Costa JV, Pinto-Neto AM. Saúde da mulher na imprensa brasileira: Análise da qualidade científica nas revistas semanais. *Interface - Comunicação, Saude, Educação*. 2009;13(30):7-16.
11. Yamamoto ST. A esterilização cirúrgica feminina no Brasil, controvérsias na interpretação e desafios na aplicação da Lei 9263. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2011.
12. Revuelta G, Alonso I, Tomas S, Guerrero M, Rohlfis I. Género y salud en la prensa diaria. *Revista Quark*. 2003;27:14-23.
13. Rohlinger DA. Friends and foes: Media, politics, and tactics in the abortion war. *Social Problems*. 2006;53(4):537-61.
14. Seale C. *Media and health*. Londres: SAGE; 2003.
15. Chrisler JC, Levy KB. The media construct a menstrual monster: a content analysis of PMS articles in the popular press. *Women & Health*. 1990;16(2):89-104.
16. Ministério da Saúde. Esperança de vida ao nascer. Brasília, DF; 2010 [09/09/2012]; Available from: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2010/a11fb.htm>.
17. Travassos C, Viacava F, Pinheiro R, Brito A. Utilização dos serviços de saúde no Brasil: Gênero, características familiares e condição social. *Revista Panamericana de Salud Publica*. 2002;11(5/6):365-73.
18. Ministério da Saúde. Mortalidade proporcional por grupos de causas. Brasília, DF; 2010 [09/09/2012]; Available from: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defdohtm.exe?idb2010/c04.def>.
19. WHO. Women and health: Today's evidence tomorrow's agenda. Genebra, Suíça: World Health Organization 2009.
20. Shaw D. Abortion bias seeps into news. 1990 [cited 2013 12/04/2013]; Available from: <http://groups.csail.mit.edu/mac/users/rauch/nvp/media/shaw1.html>.
21. Faundes A. Unsafe abortion - the current global scenario. *Best Practice & Research Clinical Obstetrics and Gynaecology*. 2010 Aug;24(4):467-77.
22. Duarte GA, Osis MJ, Faundes A, Sousa MH. Brazilian abortion law: The opinion of judges and prosecutors. *Revista de Saúde Pública*. 2010 Jun;44(3):406-20.
23. Gannon L, Stevens J. Portraits of menopause in the mass media. *Women & Health*. 1998;27(3):1-15.
24. The Society of Obstetricians and Gynaecologists of Canada. *The Journalist's Menopause Handbook* 2006.
25. Conway JH. Recognizing and reducing the global burden of congenital syphilis: The time is now. *Sexually Transmitted Diseases*. 2007;34(7):2-4.
26. Costa CC, Freitas LV, Sousa DM, Oliveira LL, Chagas AC, Lopes MV, et al. Congenital syphilis in Ceara: epidemiological analysis of one decade. *Rev Esc Enferm USP*. 2013 Feb;47(1):152-9.
27. Jacinto S, Henriques M, Ferreira T, Carvalhosa GR, Costa T, Valido ANM. A sífilis congênita ainda existe! Análise retrospectiva de 12 anos de uma grande maternidade. *Acta Pediatrica Portuguesa*. 2007;38(2):65-8.

Recebido: 29/08/2013

Aceito: 18/09/2013